



NARRATIVAS DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: BRASIL E GUINÉ BISSAU

Maria Vitória Maia Caetano¹

Maria Cecília Vitorino Ferreira²

Antônia Leidiane De Amorim Cavalcante³

Maria Brenda Fernandes Sousa⁴

Juliana Geórgia Gonçalves De Araújo⁵

RESUMO

O trabalho exposto apresenta uma análise sobre entrevistas feitas com alunos ingressantes na universidade e de ensino básico, tendo como intuito abordar os diferentes contextos. A partir da metodologia de aplicação da pesquisa por meio de entrevistas, é questionado de forma simples como a história da língua portuguesa é apresentada na educação básica de dois países (Brasil e Guiné Bissau), buscando interagir com esses espaços e examinar se ainda há uma perspectiva colonial ou uma que rompa a barreira eurocentrada, avançando na história de forma mais aprofundada e decolonial. Para buscar algumas respostas, alunos que saíram recentemente desse modelo de ensino, e que ainda o frequentam, foram entrevistados e questionados sobre como veem e como foi-lhes apresentada a história da língua portuguesa, tendo em seu meio uma visão internacionalizada, para uma análise de diferentes contextos interculturais. Dessa forma, os resultados dialogam com o que é esperado de uma educação que aborda e se mantém no panorama europeu, tendo as questões de dominação ainda como principal fator para a persistência dessa história permanecer única, e muitas vezes, subestimada e esquecida.

Palavras-chave: história da lp; decolonialidade; ensino básico; unilab.

Universidade da integração e lusofonia afro-brasileira, Unidade acadêmica Palmares, Discente, vmaia0840@gmail.com¹

Universidade da integração e lusofonia afro-brasileira, Unidade acadêmica Palmares, Discente, ceciliavitorino231823@gmail.com²

Universidade da integração e lusofonia afro-brasileira, Unidade acadêmica Palmares, Discente, leidiameamorim03@gmail.com³

Universidade da integração e lusofonia afro-brasileira, Unidade acadêmica Palmares, Discente, brendafernandes2131@gmail.com⁴

Universidade da integração e lusofonia afro-brasileira, Unidade acadêmica Palmares, Docente, jgeorgia.araujo@gmail.com⁵



INTRODUÇÃO

A maneira como a história da língua portuguesa é narrada, é fundamental para a compreensão de sua complexidade. No entanto, essa narrativa muitas vezes pode ser limitada em sua abordagem e profundidade, deixando de lado aspectos importantes da diversidade linguística e cultural que moldaram a língua portuguesa, uma discussão que remete às obras de Adichie (2019) e Fuly (2022), que dedicam-se a evidenciar o perigo de uma história única.

A presente pesquisa se inicia através da análise crítica do repasse de informações sobre a língua, mediante os textos trabalhados em sala de aula na disciplina de História da Língua Portuguesa em um contexto acadêmico e decolonial na Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Para tanto, foram analisados relatos de experiência e contextos escolares diversos, observando respostas de alunos de escola de ensino básico e acadêmicos ingressantes, sendo um deles de um país internacional. Dessa forma, pode-se observar visões e percepções de ensinos em dois países que têm a língua portuguesa como oficial e analisar o que podemos semelhar e diferenciar nessas distintas perspectivas, tendo como partida o contexto histórico que influenciou a maneira como o português foi ensinado nos países Brasil e Guiné Bissau, que tem a língua portuguesa como língua oficial, explorando os desafios que o sistema educacional enfrenta em relação a ter uma abordagem mais contextualizada e inclusiva.

METODOLOGIA

Em um primeiro momento é iniciado a experiência e vivência em sala de aula da disciplina História da Língua Portuguesa, em que foram inseridos como conteúdo o período da história única, e a partir dessas experiências a pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas para obter resultados a cerca do entendimento de alunos de ensino médio e ingressantes da Universidade.

As entrevistas foram realizadas de maneira virtual e presencial e tiveram como base obter informações de como esses alunos compreendiam a língua dentro e fora de seu âmbito escolar e acadêmico. Foram utilizadas quatro perguntas para todos os entrevistados, sendo elas: 1. *Como a história da Língua Portuguesa lhe foi apresentada e qual a sua compreensão acerca dela?*; 2. *Qual a importância das experiências, vivências e conhecimentos que caracterizam os diferentes espaços de interação social fora do ambiente escolar, isto é, “educações advindas de outros espaços-tempo que não os escolares” (FULY, 2022 p. 50)?*; 3. *Como você definiria seu conhecimento acerca das culturas indígenas e africanas que fazem parte da diversidade brasileira? E em que situações e espaços, ao longo de sua vida, a cultura e a língua desses povos foram narradas?*; 4. *O que você entende por norma culta e norma popular? Qual a importância de cada uma dessas variedades e por que abordá-las nas aulas de LP?*

Após a realização das entrevistas, as respostas coletadas foram transcritas e analisadas na perspectiva acadêmica com bases em textos citados nesta pesquisa de forma que possibilitou o início da discussão sobre a narrativa de como a história da língua é abordada no ensino básico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na entrevista, o Entrevistado I afirmou que seu conhecimento acerca da história da língua portuguesa “foi



aprofundado depois que eu fui buscar por outros campos de conhecimento, como na internet, livros e até assistindo aulas na universidade.”, o que remete a Fuly (2022), quando percebe que o perigo da perpetuação de uma história única retrata a forma que o conhecimento é formado e formatado, e que tipos de narrativa permeia no consciente e subconsciente das pessoas, o que leva a criação da imagem que tem-se de cada povo. Dos 3 entrevistados, apenas um ressaltou a importância de se estudar sobre a cultura dos povos africanos e indígenas, e nenhum dos 3 discorreu ou comentou sobre a cultura desses povos - o que está proposto na segunda parte da primeira pergunta do questionário utilizado na entrevista, “qual a sua compreensão acerca da história da língua portuguesa?”. A terceira pergunta, que tem uma proposta mais direcionada, onde questiona sobre o que os entrevistados sabem sobre essas culturas e em que espaços eles conseguiram essas informações, todos responderam que foi em ambiente escolar, mas que, o conteúdo foi abordado de maneira “básica” e “introdutória”. A entrevistada II, afirmou que só veio ter contato com pessoas de outras culturas e etnias na universidade: “Eu tô aprendendo mais sobre isso agora que entrei na faculdade que eu tô conhecendo pessoas diferentes e povos, etnias, raças. E eu tô tendo ainda uma visão construindo uma visão de pessoas diferentes culturas”.

Assim como na fala do Entrevistado I, onde ele diz que “*essas culturas dizem muito sobre nós e sobre a nossa identidade.*”, Adichie (2019) defende a criação de uma nova narrativa sobre a história, não só de uma língua, como também de povos. A autora faz uma advertência para a literatura única e universal, onde as histórias se focam apenas no sujeito eurocêntrico, figura essa que se impõe no imaginário da sociedade. Fazendo uma relação entre essas duas ideias, percebe-se que as culturas dos povos indígenas e africanos estão diretamente ligadas a identidade brasileira, por terem total influência tanto nos aspectos culturais quanto linguísticos, porém é explícito a falta de informação quando a essas culturas em um ambiente escolar básico.

Diferente do brasileiro, o encadeamento do contexto de Guiné Bissau se dá pela heterogeneidade linguística visando a existência de 20 línguas nativas, como as línguas Crioula, Balanta, Mandinga, Fula, entre outras. Durante o período de colonização em Guiné Bissau, era comum que as autoridades coloniais portuguesas restringissem o uso do crioulo, língua que surgiu, segundo Embaló (2008) a partir do contato das várias línguas africanas com a língua portuguesa. Isso fez parte da política de assimilação cultural e linguística imposta pelos colonizadores europeus, que buscavam promover o uso do português como língua oficial e desencorajar as línguas locais. Essas políticas fizeram parte do legado do colonialismo tanto em Guiné Bissau quanto no Brasil. A entrevistada III, nativa de Guiné Bissau ingressante da UNILAB relatou em resposta à primeira pergunta “*tínhamos uma língua comum que se chama crioulo (...) é isso que as pessoas mais falam aí. Mas eu tive a oportunidade de falar mais português em casa por causa de dos pais, das tias também, dos familiares que falam comigo e na escola nos obrigavam*”, destacando a restrição do uso da língua Crioula dentro da escola, afirma também ter sido apresentada a língua portuguesa não apenas na formação básica, mas a partir do contato com uma familiar moradora de Portugal. A aluna comentou que ao chegar ao Brasil não se sentiu à vontade falando o português brasileiro, o que pode-se relacionar com Mariani (2008) quando a autora aborda a questão de que até hoje se repercute o modo como a língua é concebida tanto nos países africanos quanto no Brasil. Na fala dos três entrevistados, foi possível observar que os alunos brasileiros tinham uma ideia em seu imaginário de um “*falar certo*” e “*falar errado*”, que advém de suas concepções sobre a norma culta e norma popular, enquanto a entrevistada guineense relatou que em seu país o uso das línguas nativas é proibido e o da língua portuguesa obrigatório, logo, compreende-se que apesar das diferentes realidades geográficas a história da língua portuguesa é narrada de forma similar em ambos os países, onde o europeu ainda permanece ditando as noções de certo e errado para com os diferentes povos



colonizados.

CONCLUSÕES

No contexto brasileiro, tem havido um esforço crescente para incorporar uma abordagem mais inclusiva e crítica, que leve em consideração as influências indígenas, africanas e outras na formação da língua e da cultura brasileira, algo que foi decretado como lei no país, a Lei 11.645/2008, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras. Apesar disso, após a análise das entrevistas realizadas com os alunos brasileiros percebeu-se que estes não sabiam discorrer acerca da cultura de nenhum desses povos. Ambos entrevistados comentaram sobre terem tido apenas "*uma introdução básica*" no que diz respeito a história desses povos, deixando evidente que na prática essa lei não funciona como deveria, pois os alunos não trazem essa carga do ensino básico para a universidade.

Com isso, conclui-se que a falta de recursos e capacitação dos professores é um dos causadores dessa problemática, tendo em vista que muitas escolas no Brasil enfrentam carência de recursos financeiros. A falta de investimento na educação também afeta a qualidade do material disponível nas escolas, a disponibilidade de material didático de qualidade que aborde esses temas é essencial para a implementação da lei, logo, a escassez desse material se torna um obstáculo para sua aplicação nos contextos explícitos nesta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Instituição Universidade da Integração e Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional**. PAPIA, nº18, p.101-107, 2008.

FULY, Tatiana. **Que História Você quer Contar?** Caminhos para uma Educação decolonial. Curitiba: Appris Editora, 2022.

MARIANI, Bethania. **Da colonização lingüística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües**. Gragoatá, v. 13, n. 24, 2008.